



Conselho é contrário a restringir pesquisas

Após análise sob a ótica da liberdade de expressão, Conselho de Comunicação sugere a rejeição de proposta que veda a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições

O Conselho de Comunicação do Congresso Nacional sugeriu que deputados e senadores rejeitem quatro propostas em tramitação que criam restrições à veiculação de

programas de rádio e TV em época de eleição e à veiculação de sondagens eleitorais às vésperas do pleito. Os conselheiros entenderam haver violação à liberdade de expressão. **3**



Plenário do Senado tem 20 proposições na pauta para votação entre 15 e 17 deste mês, com temas variados

Comércio eletrônico está na pauta do esforço concentrado

Nos dias 15, 16 e 17, o Senado fará um novo esforço concentrado, com análise de mudanças na Lei de Licitações e no Código de Defesa do Consumidor, entre outras. Para destrancar a pauta, três medidas provisórias precisam ser votadas. Uma autoriza o Banco Central a ceder imóveis para construção de sistema viário no Rio de Janeiro, outra altera funções comissionadas no Ministério da Justiça e a terceira abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões a órgãos do Executivo. **2**



Dom Orani Tempesta (C) preside reunião do conselho, que, na segunda-feira, também debateu a flexibilização do horário da *Voz do Brasil*

Entrave na votação da LDO pode suspender recesso **4**

Projeto quer regulamentar Conselho de Gestão Fiscal **4**

Parlasul manifesta apoio à Argentina contra fundos

O Parlamento do Mercosul declarou solidariedade ao povo e ao governo da Argentina na disputa contra os fundos

especulativos. Os chamados fundos abutres não aceitam o acordo de reestruturação de dívidas proposto pelo país vizinho. **4**



Requião (2º à dir.) criticou decisão da Justiça dos EUA que bloqueou transferências da Argentina a alguns credores

CPI da Petrobras ouve sindicalista sobre segurança de plataformas **4**

Comissões analisaram 89 proposições em junho **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senado votará regras para comércio pela internet

Próximo esforço de votações, que ocorrerá este mês, tem pauta extensa, incluindo três medidas provisórias. Mudanças no Código do Consumidor e na Lei de Licitações deverão ser analisadas em Plenário

O SENADO FARÁ um esforço concentrado nos dias 15, 16 e 17 deste mês para exame de projetos relacionados a temas diversos (veja quadro abaixo). Antes, porém, os senadores precisam votar três medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário, com prazo de vigência a vencer na primeira semana de agosto.

A MP 639/2014 autoriza o Banco Central a ceder à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro dois imóveis no bairro da Gamboa, no município do Rio de Janeiro, para a construção de um novo sistema viário na região. A Lei de Licitações exige autorização legislativa para a cessão dos bens.

Já o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/2014, oriundo da MP 640/2014, cria, em caráter temporário, 100 funções comissionadas de grandes eventos e extingue, em caráter definitivo, mais de 564 funções comissionadas técnicas no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

Por sua vez, a MP 642/2014

abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões a órgãos do Executivo. A maior parte dos recursos (R\$ 4,9 bilhões) é destinada ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para garantir a concessão de financiamento a novas operações contratadas e prover cobertura às renovações semestrais dos contratos de financiamento já formalizados.

Consumidor

Alterações no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) estão contempladas em duas proposições. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 281/2012 regulamenta as compras pela internet, ao estabelecer regras de divulgação dos dados do fornecedor e a localização física do negócio virtual com mais clareza na descrição dos produtos vendidos.

Já o PLS 283/2012 disciplina a oferta de crédito ao consumidor e previne o superendividamento. Entre as medidas propostas, está a proibição de publicidade com expressões como "crédito gratuito", "sem juros" e "sem acréscimo".

Relator da matéria na

Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) observa que o relatório amplia o poder dos Procons, dando-lhes autonomia para intermediar a conciliação entre vendedor e comprador e até mesmo negociar a devolução de valores, quando for o caso. A ideia é desafogar a Justiça desse tipo de demanda.

Licitações

Outra proposta a ser votada é o PLS 559/2013, que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), cujo texto original teve como relator Pedro Simon (PMDB-RS). O projeto elimina a carta-convite e a tomada de preços no processo licitatório. A intenção é estabelecer um novo marco legal para contratações no setor público, o que implicaria a revogação da Lei de Licitações e da Lei 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. A reforma da legislação foi uma das bandeiras defendidas por Renan Calheiros ao assumir a Presidência do Senado no ano passado.



Audiência sobre o uso da maconha foi uma das 14 realizadas mês passado

Comissões examinaram 89 propostas no mês de junho

A proposta que destina recursos recuperados em ações judiciais para a saúde e a educação (PLS 303/2013) foi uma das 89 matérias examinadas pelas comissões e subcomissões do Senado em junho. Aprovado pela Comissão de Educação (CE), agora segue para votação terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Das 27 reuniões de comissões no mês passado, 14 foram audiências públicas, como a que discutiu a sugestão de descriminalização do uso e comércio de maconha, com participação do secretário Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada.

Entre as matérias aprovadas por comissões em junho,

destacam-se ainda a que obriga os planos de saúde a aceitar tratamento de pessoas com malformação congênita e doenças raras (PLS 544/2013) e a que simplifica a revalidação de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras com excelência atestada (PLS 399/2011).

Audiências

Além da descriminalização da maconha, foram debatidos em audiências públicas as condições de assistência dos hospitais federais; o papel da advocacia pública na garantia da segurança jurídica; e o analfabetismo na ótica dos direitos humanos.

Pauta do esforço concentrado

- MP 639/2014:** Autoriza o Banco Central a transferir imóveis no município do Rio de Janeiro
- PLV 9/2014 (MP 640/2014):** Cria, em caráter temporário, funções comissionadas de grandes eventos
- MP 642/2014:** Abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões no Orçamento em vigor
- PDS 31/2013:** Sustenta proibição de diferenciar preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito
- PLC 39/2014:** Cria o Estatuto Geral das Guardas Municipais
- PLC 60/2014 — Complementar:** Promove mudanças no enquadramento de empresas no Supersimples
- PEC 35/2011:** Acelera a tramitação de tratados, atos e acordos internacionais no Congresso
- PEC 32/2010:** Garante ao Tribunal Superior do Trabalho igual tratamento dado pela Constituição ao Superior Tribunal de Justiça
- PEC 15/2011:** Garante a expedição do mandado de prisão mesmo quando ainda há possibilidade de recurso
- PEC 7/2013:** Vincula a duração dos benefícios concedidos às áreas de livre comércio
- PEC 63/2013:** Cria uma parcela a ser paga aos integrantes da magistratura e do Ministério Público por tempo de serviço
- PEC 46/2013:** Trata da criação de consórcios públicos para a contratação de médicos
- SCD 264/1999 (substitutivo da Câmara):** Aplica as mesmas normas do ensino presencial aos estudos feitos a distância
- PLS 281/2012:** Altera o Código de Defesa do Consumidor para aumentar a proteção dos indivíduos no comércio eletrônico
- PLS 283/2012:** Trata de normas sobre crédito ao consumidor e sobre a prevenção ao chamado superendividamento
- PLS 150/2013 — Complementar:** Concede aposentadoria especial a pescadores a partir dos 25 anos de contribuição
- PLS 152/2013 — Complementar:** Também trata da aposentadoria especial para pescadores
- PLS 559/2013:** Moderniza a atual Lei de Licitações (Lei 8.666/1993)
- PDS 47/2014:** Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Brasil e a Romênia, assinado em 2010
- PDS 50/2014:** Aprova o Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre o Brasil e a Turquia, assinado em 2011

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Debates

14h Sessão ordinária não deliberativa.

CPI DA PETROBRAS Depoimentos

10h15 A CPI da Petrobras do Senado ouve o gerente da estatal Glauco Colepico-Lo Legati e o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, José Maria Rangel.

CPI MISTA DA PETROBRAS Sigilos

14h30 Reunião da comissão para análise de requerimentos de quebra de sigilos fiscal e telefônico e de convocação.

ORÇAMENTO Relatório preliminar

14h30 A CMO se reúne para votar o relatório preliminar com emendas ao projeto da LDO para 2015 (PLN 3/2014).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:



<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:



<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Conselho é contra restrição a pesquisa eleitoral

Órgão consultivo do Congresso Nacional defende que senadores e deputados rejeitem proposta que proíbe divulgação de sondagens a menos de 15 dias da votação

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso Nacional se manifestou, em dois relatórios, contra quatro propostas em análise na Câmara dos Deputados e no Senado. O primeiro relatório é contra três propostas (PL 7.780/2010, PL 96/2011 e PEC 57/2012) que, no entendimento do conselho, atentam contra a liberdade de expressão no período eleitoral. O segundo é contra o PL 3.979/2000, que trata da inclusão de legenda oculta na programação das TVs.

O PL 7.780/2010 proíbe as emissoras de rádio e TV de veicular filmes, novelas e outros programas que beneficiem ou prejudiquem candidato ou partido político. O PL 96/2011 amplia o conceito de pesquisa fraudulenta. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57/2012 veda a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições em primeiro e segundo turnos.

Esses três projetos foram analisados pela Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social. Formada pelos conselheiros Alexandre Jobim, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos, a comissão pediu ao Conselho de Comunicação Social que se manifeste pela rejeição das três propostas, por entender que violentam a liberdade de expressão.

O PL 96/2011 diz que é fraudulenta a pesquisa realizada e divulgada até cinco dias antes da eleição se o resultado do respectivo pleito estiver acima da margem de erro registrada pela entidade ou empresa responsável. Os conselheiros entenderam que os cinco dias anteriores às eleições são naturalmente propensos a mudanças de orientação do voto por parte dos eleitores. O projeto está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara.

Os conselheiros também entenderam que a PEC 57/2012, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, cerceia as pesquisas eleitorais, uma modalidade de discurso não apenas protegida pelo direito constitucional à liberdade de expressão, mas também socialmente valiosa. A conselheira Maria José Braga, que leu o relatório devido à ausência de Lemos, afirmou que a liberdade de expressão é fundamental no período eleitoral:

— É um período em que o debate vem à tona e precisamos, sim, de todos os dados possíveis para que o cidadão possa se informar e exercer o seu direito de voto.

Em relação ao PL 7.780/2010, os conselheiros argumentaram que não há como aferir

se determinado filme, novela ou programa beneficiou ou prejudicou um candidato ou partido.

— O jornalismo opinativo faz humor, e a gente precisa dessa forma criativa, dessa forma expressiva, sim, da liberdade do brasileiro — disse Maria José.

Legendas

O PL 3.979/2000 e mais de 20 projetos apensados a ele foram analisados pela Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, formada pelos conselheiros Roberto Franco, Ronaldo

Lemos e Nascimento Silva. No relatório, Roberto Franco argumenta que a proposta tramita há 14 anos na Câmara e acabou esvaziada.

— O Brasil é dotado de uma das mais modernas legislações sobre o tema no mundo. Atualmente, as emissoras de televisão, em regra, já estão compelidas a veicular 16 horas diárias de programação dotada de legenda oculta, propiciando uma oferta muito mais ampla de conteúdo para as pessoas com deficiência auditiva do que aquela que teriam caso o PL 3.979/2000

fosse aprovado — justificou Franco.

O PL 3.979/2000 está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara, com parecer pela aprovação.

O Conselho de Comunicação Social realizará a próxima e última reunião da atual gestão em 6 de agosto. A instituição, criada pela Constituição de 1988, é integrada por representantes das empresas e dos trabalhadores e funciona como órgão de consulta do Congresso Nacional para temas na área de comunicação.



Eleitora vota em escola no Guará (DF): para conselho, propostas que limitam pesquisas violentam liberdade de expressão

Debatedores divergem sobre mudança na *Voz do Brasil*

A possibilidade de flexibilizar o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil*, hoje veiculado obrigatoriamente às 19h, dividiu opiniões na audiência pública do Conselho de Comunicação Social (CCS) ontem. De um lado, os defensores do horário atual afirmam que o programa é o meio mais democrático de obter informação variada de todas as esferas do governo, especialmente nos rincões do país. De outro, representantes das emissoras comerciais garantem que o horário diferenciado pode aumentar a audiência da *Voz* para adaptá-la aos interesses do ouvinte de cada rádio.

A reunião foi marcada para colher argumentos que subsidiarão comissão criada pelo CCS para analisar dois projetos em tramitação no Congresso que versam sobre o tema. O PLS 19/2011 confirma a obrigatoriedade de transmissão de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h, e propõe que o programa se torne parte do patrimônio imaterial do país. Já o PL 595/2003 torna possível para as emissoras escolher o

horário de transmissão entre as 19h30 e a 0h30. O relatório sobre o assunto está a cargo dos conselheiros Walter Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos.

Patrimônio

Para o jornalista Chico Sant'Anna, do Movimento dos Defensores da Voz do Brasil, o programa é o único que integra o Brasil do Oiapoque ao Chuí. Ele também destacou o fato de se tratar do mais antigo informativo radiofônico no ar em todo o mundo. Para grande parte das Regiões Norte e

Nordeste, salientou, é o único meio de obter informação jornalística atualizada e diária dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sem escolha apenas dos personagens fortes dos partidos, dando voz ao chamado baixo clero e detalhando minúcias que nunca estariam na "grande mídia", como a liberação de recursos de merenda para prefeituras e prestação de contas regionalizada, além de outros direitos sociais.

— O trabalhador que dorme cedo e acorda cedo não vai ligar o rádio às 21h30 para

ouvir a *Voz* ou qualquer outro programa — disse.

Audiência

Para o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, é necessário atualizar a forma como a *Voz* é transmitida, dadas as inovações que o mundo viveu desde que ela foi criada, em 1935. Como repetiu várias vezes, não há intenção de acabar com o programa, mas sim de melhorar a audiência, deslocando-a na programação conforme o interesse do ouvinte durante o período das 19h às 22h, nas emissoras comerciais e comunitárias, e mantendo o horário das 19h para as emissoras educativas.

— Não se trata de jogar para a madrugada — ressaltou.

Com a mesma opinião, Rodrigo Neves, presidente da Associação das Emissoras de Rádio e TV de São Paulo (Aesp), citou pesquisa encomendada pela Abert e realizada pelo Datafolha em que 68% dos entrevistados se disseram a favor da flexibilização, que só seria feita pelas emissoras

comerciais. Neves lembrou ainda que o governo controla centenas de emissoras, incluindo educativas, e que a EBC faz um serviço relevante ao cobrir a Amazônia Legal, com as rádios em ondas curtas, ondas médias e FM.

— Flexibilizar a *Voz* é dar ao cidadão o direito de escolha — defendeu.

Governo

O secretário-executivo da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Roberto Messias, disse que o governo defende qualquer discussão que leve à "qualificação do conteúdo de acesso à informação e a liberdade de expressão". Ele acrescentou que o governo não se oporá à flexibilização caso venha a ser aprovada.

Moção

Já o conselheiro Murilo Ramos, da EBC, afirmou que o conselho curador da empresa elaborou uma moção em defesa da manutenção do horário, por acreditar que a mudança comprometeria a informação dos brasileiros.



Dom Orani Tempesta (C) preside debate sobre horário da *Voz do Brasil*

Parlasul declara apoio à Argentina em disputa contra fundos abutres

Parlamento diz apoiar a “consecução de uma solução que não comprometa o amplo processo de reestruturação da dívida soberana do país”

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) aprovou uma declaração de apoio à Argentina na disputa contra os fundos especulativos. O governo argentino tenta fazer pagamentos a credores que aceitaram acordos de reestruturação das dívidas, mas a Justiça americana bloqueou as transferências devido à objeção dos chamados fundos abutres.

Roberto Requião (PMDB-PR), vice-presidente do Parlasul, afirmou que os fundos abutres que resistem ao acordo e exigem o pagamento integral das dívidas argentinas representam apenas 0,45% do total de credores.

— O que vale mais? Os fundos abutres ou a soberania de uma nação? — questionou o senador.

O senador voltou a criticar a decisão da Justiça americana, confirmada pela Suprema Corte daquele país, de não permitir o pagamento argentino apenas à maioria de credores que aceitaram reestruturações feitas em 2005 e 2010. Há duas semanas, um juiz determinou a devolução de US\$ 539 milhões, depositados pela Argentina com essa finalidade.

Declaração

Na declaração, o Parlasul expressa “solidariedade com o povo e o governo da República Argentina e apoio à consecução de uma solução que não comprometa o amplo processo de reestruturação da sua dívida soberana, rejeitando o comportamento de agentes especulativos que põem em risco os acordos alcançados entre devedores e credores, afetando a estabilidade financeira global”.

O Parlasul também recomenda ao Conselho do Mercado Comum, órgão decisório máximo do Mercosul, que aprove a declaração e peça aos governantes dos Estados-membros a liderar um processo de discussão das dívidas externas soberanas nas esferas competentes, em nível mundial.

O parlamentar argentino Guillermo Carmona agradeceu o apoio dos colegas e reiterou que o desejo argentino é apenas o de cumprir as obrigações.

— A Argentina tem expressado, por meio de sua presidente, Cristina Kirchner, a firme vontade de cumprir com suas obrigações frente aos credores, desde que não seja afetada severamente a estabilidade e o desenvolvimento social e econômico.

(Com informações da Assessoria de Imprensa do Parlasul)

Projeto regulamenta Conselho de Gestão Fiscal

O Conselho de Gestão Fiscal, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para acompanhar o gasto público no Brasil, poderá finalmente ser viabilizado. Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado projeto de lei complementar de Paulo Bauer (PSDB-SC, foto) que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir a instalação do conselho e ampliar as atribuições dele.

Ao apresentar o projeto (PLS 141/2014), Bauer afirmou que, passados 14 anos da aprovação da LRF, a regulamentação e a instalação do conselho continuam pendente porque a forma como é tratado na lei torna muito difícil regulamentá-lo.

Na opinião dele, já a exigência da composição, extensa e paritária dos entes da Federação, gera problemas, visto que não seria simples, por exemplo, escolher os representantes dos Legislativos municipais.

“Em primeiro lugar, seria muito grande o número de conselheiros, o que poderia levar a dificuldades em obter quórum para a realização de reuniões”, diz o senador na justificativa.

Relator da matéria na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE) avalia que o projeto objetiva conferir efetividade a um conselho que se constituirá num instrumento estratégico para a atualização da gestão fiscal no país, com perspectivas concretas para a melhoria da situação financeira da Federação e para o aumento de recursos nos investimentos sociais e econômicos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fundamento del Mercosur



Requião lembra que fundos abutres representam 0,45% dos credores da Argentina

Impasse sobre vetos e falta de quórum dificultam votação da LDO

O Congresso Nacional se reúne terça-feira, às 19h, e pode votar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014). Apesar de não estar na pauta, o projeto é prioridade para garantir o recesso parlamentar a partir de 18 de julho.

A convocação feita pelo presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, esbarra, porém, em dois entraves.

O primeiro é a votação de 21 vetos presidenciais. Entre eles, o veto total ao Projeto de Lei Complementar 416/2008, do Senado, que regulamentava a criação de municípios. Desde dezembro do ano passado, o Congresso não conseguiu analisar nenhum dos vetos, os quais trancam a pauta e impedem a análise da LDO.

A principal barreira, entretanto, é a votação da LDO na própria Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ainda falta aprovar o relatório preliminar do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentado em 3 de junho. O texto foi lido apenas na última quarta-feira, após dois adiamentos por falta de quórum.

O parecer define como será feita a apresentação de emendas ao relatório final da LDO de 2015. Cada congressista poderá apresentar, em até dez dias, três emendas individuais para integrar o Anexo de Metas e Prioridades da proposta orçamentária de 2015.



Relatório de Vital do Rêgo ainda não foi votado na CMO

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), marcou reunião para hoje, às 14h30, para votar o parecer preliminar.

Devanir admite, no entanto, que há dificuldade em votar a LDO pelo Congresso, o que poderá inviabilizar o recesso parlamentar.

— Se não votarmos, não teremos recesso. Se não tivermos recesso, nós vamos votar [a LDO] no final de julho ou começo de agosto — afirmou.

Obstrução

A não realização do recesso atende a demanda da oposição para garantir o

funcionamento da CPI Mista da Petrobras. O líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), já tinha afirmado que os partidos fariam obstrução para cancelar o recesso.

— Assim nós continuamos votando no mês de julho e com o pleno funcionamento da CPMI, que, infelizmente, acabou prejudicada pela Copa do Mundo, que colocou o Congresso em banho-maria — disse Mendonça Filho.

O presidente da CMO negou que a obstrução seja o motivo do adiamento da votação. Segundo ele, a votação tem sido impedida devido à Copa do Mundo.

— Embora a oposição esteja fazendo seu papel de obstruir, há acordo sobre parte da votação [para votar a LDO] — afirmou Devanir.

CPI da Petrobras ouvirá representante de sindicato sobre segurança nas plataformas

O presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, José Maria Rangel, é o próximo a ser ouvido pela CPI do Senado que investiga irregularidades na Petrobras. Ele vem denunciando falhas de segurança em plataformas de exploração de óleo e gás da estatal e dará explicações ao parlamentares hoje, às 10h15. O tema é um dos eixos da comissão, que investiga também denúncias de corrupção na empresa e de superfaturamento na construção de refinarias. Segundo o sindicato, a pla-

taforma P-62 foi lançada ao mar, na Bacia de Campos, em janeiro deste ano, ainda sem estar concluída e sem todos os equipamentos de segurança necessários. A P-62 está a 125 quilômetros da costa e tem capacidade para produzir 180 mil barris e 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Em maio, chegou a ser interdita pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Os senadores também ouvirão Glauco Colepicolo Legati, gerente-geral de Implementação de Empreendimentos da

Petrobras, sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), a refinaria teve custo estimado de US\$ 2,5 bilhões, em 2005, e deve ser concluída até o fim de 2014, com três anos de atraso, por US\$ 18 bilhões.

Já ouvido pela CPI, um dos acusados, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa disse que a empresa errou ao divulgar dados preliminares relativos ao custo do empreendimento.



Sindicato dos petroleiros afirma que plataforma P-62 foi lançada ao mar incompleta

Agência Petrobras